

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A EVOLUÇÃO JURÍDICA E LEGISLATIVA DO DIREITO AMBIENTAL NO PAÍS	23
--	----

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO	31
--	----

1. Introito	31
2. Princípio da ubiquidade	32
3. Princípio do desenvolvimento sustentável	32
4. Princípio do poluidor-usuário pagador (PUP)	37
4.1 Premissas para compreensão do PUP	37
4.2 Subprincípios de concretização do PUP	41
4.2.1 Aspectos gerais	41
4.2.2 A prevenção	41
4.2.3 Precaução	42
4.2.4 Responsabilização civil, penal e administrativa	43
4.2.5 Função sócio ambiental da propriedade privada	44
4.2.6 Usuário pagador	45
5. Princípio da participação	46

CAPÍTULO 3

CONCEITOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL	49
1. Ecologia e o direito ambiental: conceitos fundamentais	50
1.1 Introdução	50
1.2 Meio ambiente	51
1.3 Compreensão de conceitos fundamentais de ecologia para a perfeita identificação do direito fundamental ao equilíbrio ecológico	53
1.3.1 Conceito e origens	53
1.3.2 Os fatores espaciais e temporais e os níveis organizacionais de estudo da ecologia	54
1.3.3 Os diferentes níveis organizacionais dos componentes bióticos e do fator espacial ..	56
1.3.4 Outros termos e expressões das ciências ecológicas tratados na legislação ambiental brasileira	58
2. O direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	60
3. Os componentes (recursos) ambientais como conteúdo do <i>equilíbrio ecológico</i>	62
4. O bem ambiental (equilíbrio ecológico – com seus componentes) e suas características (titularidade, indivisibilidade, regime jurídico de uso comum, reflexibilidade e instabilidade)	68
5. O conceito de poluidor	75
6. O conceito de poluição	78
6.1 Poluição e meio ambiente	78
6.2 Poluição e efeitos da poluição	80
6.3 Poluição sob a perspectiva da antijuridicidade ambiental	81

CAPÍTULO 4

O NOVO PAPEL DO ESTADO FRENTE AOS BENS AMBIENTAIS – UM NOVO REGIME JURÍDICO	85
---	----

CAPÍTULO 5

PROCESSO CIVIL E A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO	93
---	----

1. Estado Democrático de Direito e o processo como método (democrático) de sua atuação	93
2. Processo e realização dos direitos fundamentais	100
3. A unidade e inteireza do direito objetivo como valor fundamental do Estado brasileiro e o papel da tutela jurisdicional: a segurança, isonomia, confiança e tempestividade da tutela pela valorização dos precedentes das cortes de cúpula	102
4. Os conflitos de massa e a tutela jurídica	107
4.1 Sociedade de massa, homem-massa, conflitos de massa	107
4.2 Interesses coletivos <i>lato sensu</i> : o equilíbrio ecológico visto como bem difuso	111
5. Conflitos de interesses e técnica processual	118
5.1 As crises jurídicas	118
5.2 Crises jurídicas ambientais	122
5.2.1 Os litígios ambientais: maior incidência dos deveres ambientais	122
5.2.2 Os deveres ambientais e a tutela mais coincidente possível com a regra de direito material	124
5.2.3 A impossibilidade da maior coincidência possível e a reparação específica	124

5.2.4 As técnicas processuais para obtenção da tutela específica e da reparação in natura	125
---	-----

CAPÍTULO 6

O DIREITO AO EQUILÍBRIO ECOLÓGICO E SEUS REFLEXOS NOS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	133
---	-----

1. O novo CPC e o meio ambiente	134
2. Razões sociais e jurídicas que justificaram o CPC de 2015	135
3. Direito de ação e meio ambiente	142
3.1 Princípio do acesso à justiça e tutela do meio ambiente	142
3.2 Ação popular ambiental	150
3.2.1 Origens	150
3.2.2 Requisitos fundamentais	151
3.2.3 A legitimidade ativa e passiva na ação popular	153
3.2.4 A posição do Ministério Público	154
3.2.5 Pedido na ação popular	155
3.2.6 Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	155
3.2.7 Ação popular e tutela ambiental	156
3.3 Ação civil pública ambiental	158
4. Solução consensual dos conflitos ambientais: termos de compromisso ambiental e compromisso de ajustamento de conduta à ordem jurídica ambiental	159
5. Legitimidade para agir e tutela do equilíbrio ecológico	164
6. Elementos da demanda ambiental	177

6.1 Partes	178
6.2 Pedido e causa de pedir	182
6.3 Competência, conexão, continência e litispendência nas lides ambientais	188
6.3.1 Introito	188
6.3.2 O local do dano	189
6.3.3 A modificação da competência	197
6.4. Tutela de urgência nas demandas ambientais ...	201
6.4.1. Introito	201
6.4.2 Aspectos gerais	204
6.4.3 O fenômeno da urgência	206
6.4.4 A fungibilidade e a temporariedade das tutelas de urgência prestadas mediante antecipação do provimento judicial	209
6.4.5 Temporariedade	210
6.4.6 Fungibilidade	212
6.4.7 A probabilidade do direito nas tutelas de urgência mediante adiantamento do provimento jurisdicional	214
6.4.8 Estabilidade da medida de urgência	216
6.4.9 Tutela de urgência cautelar e a tutela de urgência antecipatória	223
6.4.10 Momento de concessão da tutela urgente	224
6.4.11 A tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente	225
6.4.12 A tutela de urgência cautelar requerida em caráter antecedente	228
6.4.13 Técnicas mandamentais e executivas <i>lato sensu</i> e tutela ambiental	230

6.5	Direito probatório e meio ambiente	232
6.5.1	Introito	232
6.5.2	O ônus da prova: regras de distribuição ..	236
6.5.3	Meios de prova e meio ambiente	254
6.5.4	O problema da insuficiência da prova nas lides ambientais	258
6.6	Liquidação do dano ambiental	272
6.6.1	A importância da dimensão subjetiva e objetiva na liquidação do dano ambiental .	272
6.6.2	A reparação integral e a delimitação do marco temporal e espacial do dano ambiental	273
6.6.3	Dano ambiental (coletivo) e danos indi- viduais reflexos	273
6.6.4	Efeitos do dano ambiental	277
6.6.5	O procedimento liquidatório	280
6.7	Efetivação dos provimentos ambientais	282
6.7.1	Considerações iniciais	282
6.7.2	Norma jurídica concreta ambiental	282
6.7.3	Efetivação dos títulos executivos extra- judiciais	283
6.7.4	Termo de ajuste de conduta e obrigações de fazer ilíquidas	283
6.7.5	Cumulação de obrigações contidas no título e execução	284
6.7.6	A multa nos termos de ajustamento de conduta	285
6.7.7	Execução de obrigação de não fazer contida em título extrajudicial	285

6.7.8 Execução de título extrajudicial e tutela de urgência	286
6.7.9 Execução de títulos executivos judiciais	286
6.8 Responsabilidade patrimonial e desconsidera- ção da personalidade jurídica	290
6.8.1 Considerações preliminares	290
6.9 Coisa julgada e meio ambiente	295
6.9.1 Características do meio ambiente	295
6.9.2 Os reflexos na coisa julgada ambiental	297
 BIBLIOGRAFIA	 303